

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 15/2024/SECEL/MT - LITERATURA EM CENA

- EDIÇÃO POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB CICLO I

PROCESSO - SECEL-PRO-2024/08885

SELEÇÃO DE PROJETOS DE FOMENTO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI N.º 14.399/2022)

ANEXO III

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os projetos inscritos no presente edital serão analisados sob dois aspectos:

- 1) Relevância Cultural - até 70 (setenta) pontos;
- 2) Critérios Sociais e Territoriais - até 8 (oito) pontos.

1. RELEVÂNCIA CULTURAL

1.1. Entende-se por análise da Relevância Cultural a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios definidos.

1.2. A relevância cultural será avaliada mediante atribuição de notas, conforme o grau de satisfação quanto aos critérios descritos no quadro abaixo:

- a) Grau pleno de atendimento do critério - 10 pontos;
- b) Grau satisfatório de atendimento do critério - 6 pontos;
- c) Grau insatisfatório de atendimento do critério - 2 pontos;
- d) Não atendimento do critério - 0 pontos.

RELEVÂNCIA CULTURAL

Identificação do Critério	CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o 10 objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma evidente os resultados que serão obtidos.	
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural mato-grossense. A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura mato-grossense.	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade socioeconômica e territorial.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também 10 deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens	

relacionados na planilha orçamentária do projeto.

E Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e 10 materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.

F Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a capacidade técnica da equipe principal do projeto, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os portfólio/currículos da EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL apresentados na ficha de inscrição). 10

G Trajetória artística e cultural do proponente - Será considerada, para fins de análise, a carreira do agente cultural, seja pessoa física ou o representante legal da pessoa jurídica, com base no portfólio/currículo e comprovações 10 enviadas juntamente com a proposta.

PONTUAÇÃO TOTAL: 70

2. CRITÉRIOS SOCIAIS E TERRITORIAIS

2.1. Os critérios sociais e territoriais tem por objetivo atender a necessidade de democratizar o acesso ao financiamento público para a cultura e sua desconcentração territorial.

2.2. A pontuação referente aos Critérios Sociais e Territoriais estão atribuídas conforme quadro abaixo:

CRITÉRIOS SOCIAIS

Identificação do Critério	Descrição	Pontos (bônus)
H	Agente Cultural (pessoa física ou representante legal de pessoa jurídica) Socialmente minorizado - Pessoa que se identifica como Mulher (Cis) ou Pessoa trans (Pessoa que se identifique como Mulher Trans, Travesti ou Homem Trans) ou Cigana, ou Ribeirinha, ou Quilombola, ou Povos de Terreiro, ou Agricultor Familiar, ou Pantaneira, ou em Situação de Rua, ou População Egressa do Sistema Prisional, ou Pessoa Idosa.	01
I	Equipe diretamente envolvida no projeto formada por pessoas socialmente minorizadas - Pessoa que se identifica como Mulher (Cis) ou Pessoa trans (Pessoa que se identifique como Mulher Trans, Travesti ou Homem Trans) ou Pessoa Negra (preta e parda) ou Pessoa Indígena ou Cigana ou Ribeirinha ou Quilombola ou Povos de Terreiro ou Agricultor Familiar ou Pantaneira ou Pessoa com Deficiência ou em Situação de Rua ou Pessoa Imigrante e/ou Refugiada ou Egressa do Sistema Prisional, ou Pessoa Idosa.	04 pontos
	Receberá 01 ponto a cada membro socialmente minorizado e pertencente à EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL, até o limite máximo de 04 pontos, conforme item 6.5.3 do edital.	

CRITÉRIOS TERRITORIAIS

Identificação do Critério	Descrição	Pontos (bônus)
J	Agente cultural (pessoa física ou representante legal de pessoa jurídica) advindo de municípios que não fizeram 01 adesão à PNAB (municípios relacionados no item 6 deste anexo)	ponto
K	Agente cultural (pessoa física ou representante legal de pessoa jurídica residente em municípios com até 25 (vinte e 02 cinco) mil habitantes (municípios relacionados no item 7 deste anexo)	pontos

L Agente cultural (pessoa física ou representante legal de pessoa jurídica) residente em municípios com população 01 entre 25 mil e 40 mil habitantes (municípios relacionados no item 8 deste anexo) ponto

3. REQUISITOS DA SELEÇÃO

3.1. Os critérios relativos à relevância cultural são ELIMINATÓRIOS, de modo que o agente cultural que receber nota igual a 0 (zero) em qualquer um dos critérios será DESCLASSIFICADO do Edital.

3.2. Os critérios sociais e territoriais não são critérios obrigatórios, de modo que, a pontuação 0 (zero) em algum dos pontos bônus não DESCLASSIFICA o agente cultural.

3.3. A pontuação relativa à relevância cultural será obtida por meio da média aritmética das 3 (três) notas atribuídas pelos pareceristas externos que compõem a Banca de Seleção Técnica.

3.4. Os projetos que obtiverem pontuação média total abaixo de 40 (quarenta) pontos ou que zerarem em um dos itens de RELEVÂNCIA CULTURAL, serão automaticamente DESCLASSIFICADOS.

3.5. Fica vedada a convocação de propostas DESCLASSIFICADAS, que não obtiveram pontuação mínima ou que possuam algum impedimento, ainda que não haja classificados suficientes para preenchimento de todas as vagas.

3.6. Serão desclassificados os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

3.7. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

4. METODOLOGIA DE ANÁLISE DO PROJETO

4.1. A análise dos critérios estabelecidos acerca da Relevância Cultural dos projetos considerará aspectos como: a realidade do território mato-grossense, sua localização no território nacional, bem como as distâncias e a diversidade com questões próprias de logística, dentre outros que impactam diretamente nos custos do projeto. Deve-se considerar, ainda, a limitação de profissionais e serviços especializados em certas áreas do setor cultural. A análise das propostas deverá compreender os conceitos praticados pelo setor como: demanda livre, artes integradas e transversalidade, que caracterizam uma grande diversidade de projetos, bem como a multiplicidade de linguagens e as características do território mato-grossense.

4.2. Os pareceristas deverão avaliar se os valores informados pelo agente cultural na planilha orçamentária são compatíveis com os preços praticados no mercado, podendo realizar a análise comparando os valores apresentados com tabelas referenciais de valores, ou com outros métodos de verificação.

4.3. Caso haja custos na planilha orçamentária com preços incompatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado, o parecerista deverá apontá-los no parecer para que a SECEL, por ocasião da assinatura do Termo de Execução Cultural, exija que o agente cultural faça a revisão dos preços incompatíveis ou em desconformidade com o projeto apresentado.

5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Em caso de empate, serão utilizados para fins de DESEMPATE dos projetos, a maior nota nos critérios de seleção na seguinte sequência: A, B, C, D, E, F, G, K, L.

5.2. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate, serão adotados os seguintes critérios de desempate na ordem a seguir:

- a) pessoa física ou representante legal da pessoa jurídica com maior idade;
- b) sorteio entre os projetos classificados e empatados.

6. MUNICÍPIOS QUE NÃO FIZERAM ADESÃO À PNAB:

Denise, Gaúcha do Norte, Itiquira, Nortelândia, Nova Guarita, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Novo Mundo, Novo Santo Antônio, Novo São Joaquim, Paranaíta, Salto do Céu, Santo Afonso, e Boa Esperança do Norte.

https://mturgov.sharepoint.com/:x/s/CGOC/EQ6a9N8w_2JFnWv4bF3iLDMB2LBonLdO0XYVzONnT97ZoQ?rttime=_-YX24Lv3Eg

(Fonte: Ministério da Cultura - MinC)

7. MUNICÍPIOS COM ATÉ 25 MIL HABITANTES:

Acorizal, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Paraguai, Alto Taquari, Apicacás, Araguaiana, Araguinha, Araputanga, Arenópolis, Aripuanã, Barão de Melgaço, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Campinápolis, Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Carlinda, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Cláudia, Cocalinho, Comodoro, Conquista D'Oeste, Cotriguaçu, Curvelândia, Denise, Diamantino, Dom Aquino, Feliz

Natal, Figueirópolis D'Oeste, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Glória D'Oeste, Guiratinga, Indivaí, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Jangada, Jauru, Juruena, Juscimeira, Lambari D'Oeste, Luciara, Marcelândia, Matupá, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Lacerda, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Nazaré, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubitatã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antônio, Novo São Joaquim, Paranaíta, Pedra Preta, Planalto da Serra, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Porto Estrela, Poxoréu, Reserva do Cabaçal, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondolândia, Rosário Oeste, Salto do Céu, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio do Leste, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Povo, São José do Rio Claro, São José do Xingu, São José dos Quatro Marcos, São Pedro da Cipa, Serra Nova Dourada, Tabaporã, Tapurah, Terra Nova do Norte, Tesouro, Torixoréu, União do Sul, Vale de São Domingos, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade, e Vila Rica.

(Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - População residente: Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados - Atualizado em 22/12/2023. Link: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>)

8. MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 25 MIL E 40 MIL HABITANTES:

Água Boa, Barra do Bugres, Canarana, Colíder, Colniza, Confresa, Guarantã do Norte, Jaciara, Juara, Mirassol d'Oeste, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Poconé, Querência, e Sapezal.

(Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - População residente: Censo 2022: População e Domicílios - Primeiros Resultados - Atualizado em 22/12/2023. Link: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>)

9. DIVISÃO TERRITORIAL DOS RECURSOS

Para efeito de divisão dos recursos entre os municípios do Estado, fica estabelecido que, no mínimo, 60% das propostas selecionadas deverão ser oriundas de municípios do Interior do Estado de Mato Grosso e 40% de municípios da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - RMVRC. Os municípios que são considerados Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - RMVRC são: Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger, Várzea Grande e Campo Verde. (Fonte: Lei Complementar n.º 359, de 27 de maio de 2009 e suas alterações. Link: Lei Complementar n.º 359 - Dispõe sobre Criação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá.)

Os demais municípios são considerados do Interior do Estado. Caso os projetos de determinada região não se classifiquem na Etapa de Seleção em número suficiente para suprir a divisão prevista, poderão ser selecionados projetos da outra região, de acordo com a classificação alcançada.

Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua Júlio Domingos de Campos - Centro Político Administrativo | CEP 78050-970 | Cuiabá, MT

Código de autenticação: d8e74ff6

Consulte a autenticidade do código acima em https://iomat.mt.gov.br/legislacao/diario_oficial/consultar